

A GUERRA DOS LUGARES

*Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano*¹

PARA VIOLETA

À margem dos territórios que têm sido interpretados como expressão de identidades claramente contrastadas e bem definidas, a experiência social contemporânea tem propiciado a formação de lugares sociais efêmeros, particularmente no bojo dos conflitos e das sociabilidades que se constituem nas praças e ruas das chamadas “megacidades”.

A seguinte afirmação feita numa entrevista para um programa de vídeo por Hans, com 25 anos de idade, que se apresentou como pintor de carros, desempregado, ganhando efetivamente a vida em São Paulo como michê, oferece um ponto de partida para estas reflexões. Situando-se frente à repórter de televisão, em sua identidade híbrida, diz ele: “Somos partes de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranho; eu, se entrar no seu sou estranho. Você não ia me aceitar se soubesse que tenho passagens na polícia, e eu não ia te aceitar sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo e eu tenho outro mundo. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso!”²

Como se estrutura o espaço social onde essa “guerra”³ ocorre? Qual é a natureza dessas fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato, tornando

possível tal diálogo? Minha hipótese de trabalho é que a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios sociais identitários⁴.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações⁵. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas. Penso que os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição⁶, onde os sujeitos e os cenários de sua interação desenvolvem atributos análogos aos que Victor Turner⁷ conceituou como **liminares**. Em sua ambivalência, eles são basicamente inter-estruturais: não se classificam inteiramente em nenhuma das posições atribuídas e escalonadas pelo direito, pelo

costume e pelas convenções; e, assim sendo, tornam-se culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores.

Mais do que territórios bem delimitados, esses “contextos” ou “ambientes” podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias, como ilustra o trecho de diálogo transcrito acima: aproximam-se mundos que são parte de um mesmo modo mas que, assim mesmo, encontram-se irremediavelmente apartados.

Algumas áreas nas grandes cidades são particularmente densas do ponto de vista desse entrelaçamento de territorialidades interrelacionadas⁸. Na Praça da Sé, por exemplo, inúmeras categorias sociais ganham expressão espacial, dando assim visibilidade pública às suas identidades contrastadas.

Emblema oficial de São Paulo, sendo este um dos marcos mais utilizados na construção da imagem institucional da cidade, aquela praça freqüentemente abriga manifestações políticas de vulto (tal como comícios e grandes concentrações populares). Mas longe de configurar-se como um cenário próprio para as solenidades do Estado, (como em Brasília, por exemplo, é o caso da Praça dos Três Poderes) ela se apresenta, social e espacialmente, como um espaço residual. Aí se evidencia, por um lado, a tendência de inúmeros segmentos sociais, afetados pela síndrome da “agorafobia” de que falou Camillo Sitte, retirarem-se continuamente para lugares privados⁹.

Em contrapartida ao seu esvaziamento enquanto dimensão espacial do que se poderia conceituar como esfera pública burguesa¹⁰, convergem para locais desse tipo e neles ganham

visibilidade algumas das principais tensões e conflitos sociais. Aí se expõe publicamente a falta de direitos de cidadania da grande maioria da população da cidade, que se identifica na incidência de assaltos, no comércio e ostensivo consumo de drogas, na construção de moradias “invisíveis”, no sub-emprego, na mendicância e na oferta de uma vida melhor através das loterias, das poções milagrosas e das pregações religiosas. Ao mesmo tempo, diversas instituições políticas e assistenciais trazem para este cenário a sua palavra e as suas práticas salvadoras. E aí, também, o controle social assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo: retórica que em princípio criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como “coisa fora de lugar”, portanto simbolicamente suja e perigosa¹¹.

Como ocorre em todo espaço liminar, cruzando as fronteiras entre o público e o privado, entre os gêneros, entre a necessidade e a propriedade privada, nesse ambiente as pessoas “jogam com o que é familiar, desfamiliarizando-o”¹². Povoado esse espaço, onde quase tudo pode acontecer, a sensação de risco; e aí, a simples suspeita de transgressão tem justificado prisões, e até, por vezes, a execução sumária¹³. A contrapelo dessa ordem pública ritualizada, outras contraturalidades e racionalidades se constituem.

Este parece ser o “lugar público” por excelência nas grandes cidades brasileiras contemporâneas; particularmente a ele refere-se este ensaio. Proponho agora que o leitor faça comigo uma caminhada pela cidade de São Paulo; iremos ao centro de metrô.

O metrô de São Paulo é um dos poucos espaços limpos e silenciosos da cidade. Numa

linguagem eficiente, uma voz que se dirige ao mesmo tempo a todos e a ninguém em particular adverte: “não ultrapasse a faixa amarela”, “não apóie nas portas do trem em movimento”, “não force as portas para abrir”, “use os corrimãos das escadas rolantes”. Como num manual de instruções e em tom persuasivo, mas inflexível, informa-se o público sobre como usar o equipamento e como comportar-se. Sinais coloridos indicam os caminhos do subterrâneo paulistano.

Essas mensagens dirigidas ao homem médio, ao passageiro indeterminado, estabelecem entre os que transitam no metrô uma certa “contratualidade” ou cumplicidade solitária de homens, mulheres e crianças que aí se sentem seguros, sob a vigilância eletrônica da autoridade invisível e confiantes na rapidez e previsibilidade dos serviços.

Os preços das tarifas não são muito diversos dos cobrados pelos ônibus urbanos e a conjugação dos dois fatores, preço e eficiência, fazem conviver nesse ambiente higienizado, onde prevalece o tempo pulsante, linear e uniforme dos relógios, uma gama de usuários sensivelmente mais diversificada do que a dos que utilizam outras formas de transporte de massa. De fato, embora evitem andar de ônibus, as classes média e alta freqüentemente usam o metrô, ao lado de passageiros mais pobres.

Nos subterrâneos de São Paulo, as marcas paulistanas evidentemente não desaparecem. A denominação das estações (Trianon-Masp, Liberdade, Paraíso, Tietê e Sé, entre outros) sinaliza atividades, etnias, relações sociais (e de espaço) presentes e passadas que participam da formação da vida social nesta cidade. Esses

topônimos nomeiam marcos históricos e culturais que vão sendo constituídos (Armênia), reforçados (República) ou apagados (Praça das Bandeiras) pelo uso rotineiro do transporte público.

Lugar por excelência da faceta letrada e ordeira da cultura de classe média paulistana. O contexto asséptico das estações abriga, vez por outra, pequenos grupos que aí infiltram a suas sociabilidades barulhentas. Mesmo assim, o espaço do metrô constitui predominantemente um todo referenciado a si mesmo, um só lugar ou, na conceituação de Marc Augé, um “não-lugar”¹⁴.

Das escadas da estação que dão acesso à rua vêem-se as lanternas e postes vermelhos que fazem parte da cenografia orientalizante do bairro da Liberdade. Penetra-se o barulho das ruas onde se concentram lojas importadoras, casas de presentes e de miudezas, armazéns de secos e molhados, delicatessens nikkey.

Nas vitrines, oferecem-se roupas, utensílios e alimentos vindos do Japão ou simplesmente de gosto (e aspecto) oriental. Placas anunciam shiat-su, acupuntura, artes marciais. Integram a paisagem templos budistas, um pequeno jardim onde carpas nadam num tanque entre pinheiros miniaturizados, restaurantes e sushi-bares. Este é um dos ambientes onde se tematiza a matriz cultura japonesa, oferecendo alguns produtos espetacularizados, outros não, ao consumo e entretenimento de imigrantes japoneses, chincses, coreanos, descendentes e visitantes.

Caminhando pela Rua da Liberdade avista-se a Catedral e, ao chegar à Praça João Mendes, o Fórum e o Palácio da Justiça. Esses edifícios monumentais que celebram a igreja católica e o judiciário desencadeiam a preparação do corpo

para o encontro com trombadinhas, drogados, mendigos, policiais e com os “meninos de rua”, os novos anti-heróis do centro da cidade. Um homem engravatado, com ares de magistrado, caminha a passos largos em direção ao Palácio da Justiça, um metro à frente do guarda-costas que leva desajeitadamente o seu portfólio de couro importado.

Na transição da Liberdade para a Sé não há passagens explícitas, pontes ou portas simbólicas, construídas pelo costume, por onde se possa cruzar com segurança¹⁵. Olhares e movimentos de corpo, significados sugeridos por gestualidades à primeira vista incompreensíveis, instalam no forasteiro uma progressiva sensação de desconfiança e risco. Mãos dissimulam o volume do dinheiro nos bolsos, abraços defendem ostensivamente pastas e carteiras da mira dos prováveis e supostos trombadinhas.

Nessa zona liminar tudo se vende: plantas medicinais e produtos para rituais de umbanda e candomblé, mapas rodoviários e do corpo humano (os caminhos da geografia e da anatomia), roupas e sapatos, frutas, salgadinhos e miudezas. Ao lado da Catedral avisto os ambulantes. O pequeno comércio de rua, as bancas formando uma grande aglomeração e principalmente os raizeiros, que anunciam os seus medicamentos milagrosos, transportam-me para o Mercado de São José, na cidade do Recife, talvez para lembrar que entre aqui e lá pequenas diferenças se explicitam embora nem tudo seja tão diverso.

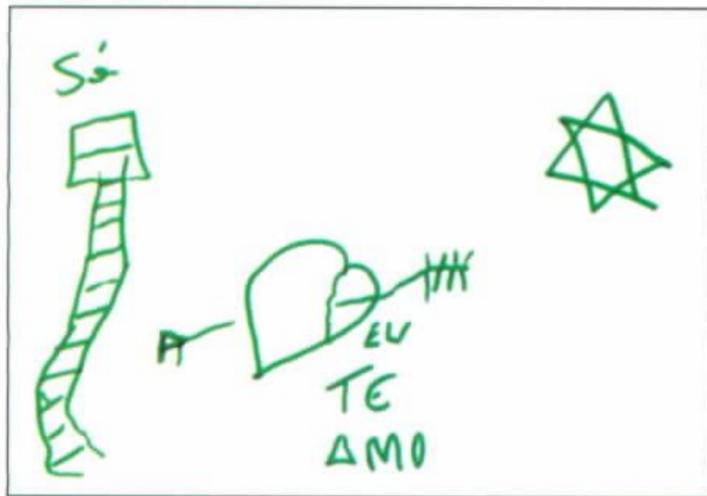
A Praça da Sé, onde se encontra o marco zero da cidade, é algo mais do que um lugar de comércio e de tráfego intenso de pedestres, por

onde todos passam e ninguém permanece. A Catedral e o seu contorno constituem um importante marco de referência e um lugar central para muitos moradores do espaço paulistano, como foi possível constatar em pesquisa recentemente realizada com jovens habitantes das ruas. Essa área, que é suporte de muitos lugares sociais polissêmicos, simultâneos e entrecruzados, foi uma das principais referências utilizadas por eles em seus desenhos sobre “centro da cidade”¹⁶.

Policiais militares vigiam. Crianças e adolescentes aí vivem a sua condição híbrida de seres culturalmente invisíveis, que mimetizam a paisagem urbana como se fizessem parte dela, e ao mesmo tempo são objeto de ações caritativas e de políticos sociais; de jovens entretidos em suas brincadeiras ingênuas, em seus afetos e dramas pessoais e, não obstante, pessoas tidas como violentas e perigosas que, ao se aproximarem de quem passa, provocam medo e agressividade. Perto do chafariz, logo à saída do metrô, meninos e meninas conversam em grupos de cinco ou seis, namoram, brincam e cheiram cola ou esmalte em sacos plásticos reaproveitados, “fazendo a mente”.

As torres e a cúpula da Catedral, a escadaria, as palmeiras alinhadas, a estelar rosa dos ventos na base do marco onde a nave esculpida referencia as distâncias geográficas e os pontos cardeais a partir do centro: marco zero, estou em São Paulo.

O olhar do pesquisador parado identifica diferenças entre passantes ocasionais e ocupantes. A observação das atividades que ocorrem num espaço delimitado, ao longo do tempo, permite acompanhar como se



1



5



2



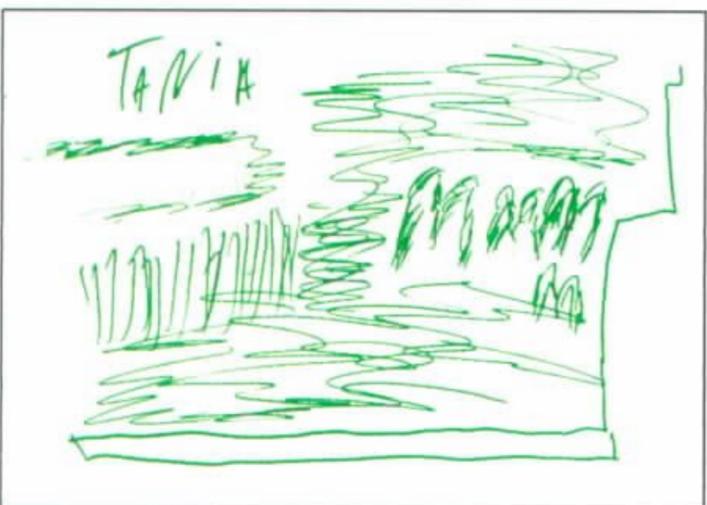
6



3



7



4

1. Sé/ eu te amo. A estrela evoca a rosa-dos-ventos que localiza o marco zero da cidade.
2. Catedral e palmeiras.
3. Alguns marcos recorrentes em vários desenhos: a Sé e o Fórum, situados entre o Banespa, posto e viatura policial, Caixa Econômica Federal, uma banca de camelô e o Detran. Em destaque, o Centro Comunitário, da Pastoral do Menor. Entre os edifícios, as palmeiras.
4. Chafariz da Sé, usado para banhos e brincadeiras.
5. Chafariz.
6. Recanto tranquilo na Praça da Sé.
7. Menino posando para a câmera.

configuram as relações sociais, os conflitos, os jogos de poder e a violência. Não em movimento, mas ocupando um lugar fixo, reconhecem-se tramas, a sucessão das tramas até o início do novo enredo.

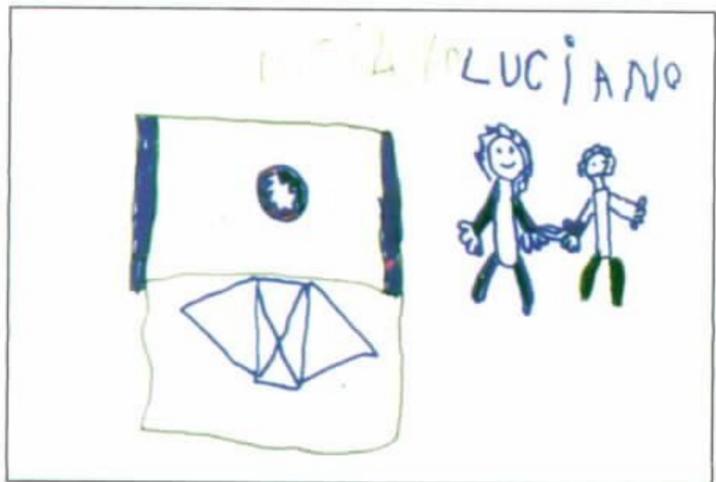
Observo o desenrolar das cenas, a proximidade física dos corpos e os toques freqüentemente procurados, que materializam a confiança e o aconchego. O homem abraça a companheira maltrapilha e lhe dá um beijo no rosto. A mulher penteia os cabelos do garoto sob a marquise de um prédio ao amanhecer, enquanto outras crianças dormem abrigadas em caixas de cartão. O homem que faz bicos à noite, amarrando pilhas de jornais numa distribuidora para receber o dinheiro da média e do pãozinho da manhã seguinte, diz já ter sido assaltado várias vezes enquanto dormia. Agora, ele descansa de dia por ser mais seguro. Cacos e restos delimitam domicílios onde a intimidade dos gestos e das ações levantam paredes invisíveis mas presentes e que, ao serem atravessados pelo olhar do pesquisador, fazem-no sentir-se intruso, indiscreto, e perceber a força dos limites simbólicos desses casulos no espaço público. A menina empurra a fotógrafa/pesquisadora, fazendo-se notar ou defendendo a sua privacidade — ou talvez ambos.

Recordo-me de Zoé, cidade da narrativa de Ítalo Calvino¹⁷, onde todos os pontos “pode-se dormir, fabricar ferramentas, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, consultar oráculos”. Lá, explica Marco Polo a Gengis Khan, “o viajante anda de um lado para o outro e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade, os pontos que ele conserva distintos na mente se confundem”.

Observo a exposição pública de domesticidades que se realizam fora das quatro paredes da casa. A moradia no espaço público; não “a casa e a rua” culturalmente dissociados e espacialmente contrapostos. Assim mesmo, lances de intimidade¹⁸. Uma intimidade que habita o espaço à primeira vista invisível das relações e afetos da/na rua. As novas relações em espaços públicos assimilam (reinterpretam) a trama familiar básica: tios e tias, irmãos, pais e mães de rua, um mesmo sistema de apelações parece estruturar novas relações, possivelmente re-territorializando afetos, conflitos e vínculos desenraizados, onde as pessoas independentemente de idade ou sexo podem desempenhar papéis masculinos ou femininos, de uma geração acima ou abaixo de seu parceiro. O menino come o resto que lhe deram no restaurante, posando agressivamente para a câmera fotográfica que procurava as torres da Sé.

Ao caminhar pela cidade, cruzam-se constantemente fronteiras, atravessam-se territórios interpenetrados. O trajeto efetivamente percorrido (com afetividade) no chão é diverso daquele que se percebe num sobrevôo ou que se pode varrer com o olhar estrategicamente colocado, quando se mira do alto de algum ponto seguro. Os passos do caminhante atento não costuram simplesmente uns aos outros pontos desconexos e aleatórios da paisagem. Ele se arrisca, cruzando umbrais, e assim fazendo ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se.

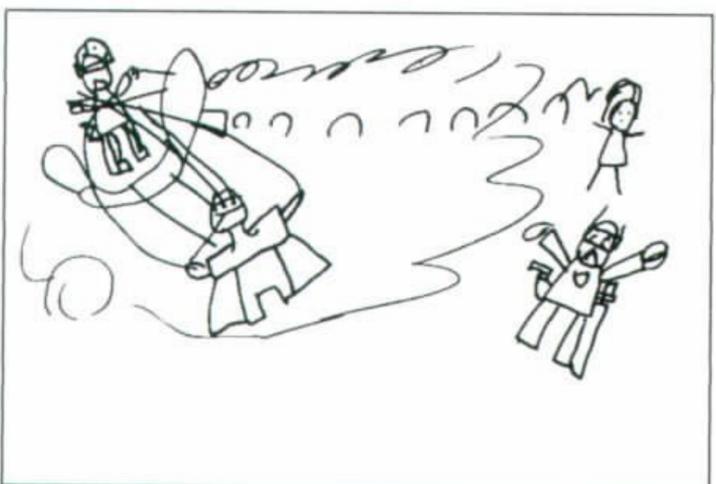
O caminhar cria um espaço de enunciação, “atos de fala pedestres”, conceitua Certeau¹⁹, comparando o andar pelo espaço urbano com a



1



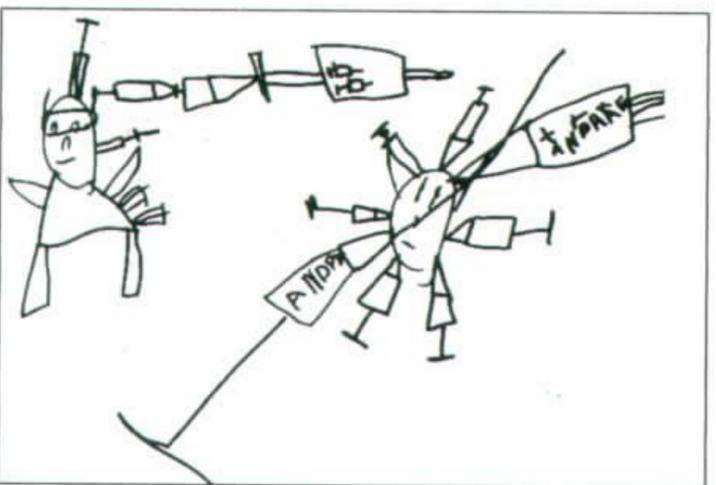
5



2



6



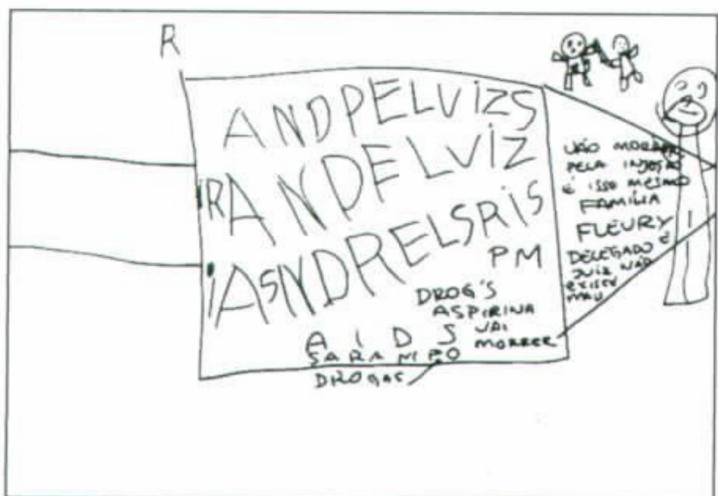
3

1. Menino sendo preso e levado para a guarita da Polícia Militar.

2, 3 e 4. Morre desgraçado! Desenhos de uma série desenhada por André Luiz; num deles a frase que uso para identificar o conjunto está escrita em vermelho. No quarto desenho lê-se na seringa: André Luiz/ André Luiz/ André Luiz/ PM/ drog's/ Aspirina/ Vai morrer/ Aids/ Sarampo/ Drogas/. Na agulha: vão morrer pela injeção/ é isso mesmo/ família Fleury/ delegado e juiz não existe mais. Ao fundo em cima, menino algemado por guarda.

5. Viatura policial no marco zero, em frente à catedral.

6. Menina presa por assalto.



4

linguagem. “No plano mais elementar”, argumenta, “o caminhar tem uma tripla função enunciativa: é um processo de apropriação do sistema topográfico por parte do pedestre (...); é uma atuação espacial do lugar (...); e implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, entre ‘contratos’ pragmáticos na forma de movimentos”.

O deslocamento excita a imaginação. Indaga, perscruta, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social²⁰. Um marco remete a outro logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, põe em relação. O caminhar permite a recolha de fragmentos de histórias pessoais e do lugar. Ao interromper o fluxo da exploração do espaço na sua superficialidade, fixando-se num ponto, a memória desencadeia a vertigem da profundidade. Neste sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto. Reconhecendo e colocando em relação recíproca textos anteriormente escritos a muitas mãos, o transeunte vivifica o resultado de um trabalho social graças ao qual se mantêm, pontilhando o tecido urbano, alguns fragmentos que perduram. Outros marcos, por processo análogo, são apagados.

Por sua vez, passos desatentos repetem infinitas vezes o percurso conhecido. De um ponto a outro do trajeto rotineiro, a cidade passa a ser distância. Esse caminhar é uma forma de deslocamento que torna invisíveis os marcos,

as fronteiras simbólicas e as zonas de passagem, fazendo de sua leitura a construção de um espaço sem lugares.

As imagens se multiplicam e se confirmam em outras áreas da cidade. Numa rua escura qualquer, uma trintena de homens de várias idades compartilham o leito improvisado no chão de um posto de gasolina de luzes apagadas. O velho alimenta um cão preso a uma árvore num canto de praça, enquanto dois homens enrolados dos pés à cabeça em cobertores velhos dormem e aquecem-se ao sol do meio-dia. Noutro canteiro, um homem chora; outros falam com ele.

Na Praça da República, à luz do dia, estão os vendedores de alimentos. À tarde os michês pouco a pouco vão ocupando os locais mais discretos e se instalam à espera de clientes. De madrugada, os caminhões e varredores da Prefeitura. Ao amanhecer os idosos que caminham ou sentam-se ao sol. Um pouco mais tarde, retornam os vendedores. O tempo todo, encontram-se meninos e meninas nas suas práticas cotidianas.

Intersticialmente à atividade dessas personagens mais visíveis, formam-se os territórios efêmeros dos trombadinhas e dos traficantes, não tão evidentes mas bem conhecidos dos demais frequentadores da Praça da Sé, da República ou da Avenida Ipiranga. Um entrevistado informa a repórter²¹ de que na esquina dessa avenida com a São João costuma haver por volta de 50 trombadinhas trabalhando, principalmente entre as 11 e as 14 horas, durante a semana. Outro diz que há aproximadamente 10 “firmas” em atividade, com três ou quatro pessoas cada uma.



1



5



2



6



3

1. Trajeto: Banespa (com elevador), Vale do Anhangabaú, Teatro Municipal e Viaduto do Chá.

2. Anhangabaú e Teatro Municipal.

3. Anhangabaú e Viaduto do Chá.

4. Centro da cidade. Observar amplitude das referências espaciais: em cima aeroporto (à esquerda) e Serra do Mar (à direita); em baixo zona bancária/comercial (à esquerda) e bairro/moradia/Carandirú (à direita). Marcos naturais (céu, montanhas, águas servidas), edificados (Banespa, Nossa Caixa), sonoros (música, frases do cotidiano, barulho do trânsito) e sinalização de tráfego (sem saída, direção a seguir, devagar, retorno). Interligação por avenidas, ruas, estradas, meios de transporte (carro, caminhão, avião) e por fiação elétrica. Bens de consumo: brinquedos, pães e doces.

5. Rua XV de Novembro, zona bancária próxima à Sé.

6. Banespa.



4

O trabalho, a viração, o lazer e a vida cotidiana constituem a cidade como sucessão de lugares articulados no tempo e no espaço, vertical e horizontalmente, pela mediação de zonas de liminaridade, fluidas, ambivalentes. Os marcos visíveis que perduram, lugares de identidade, são apenas parte de uma realidade mais profunda e mais extensa que os contextualiza e desafia.

Tomo a cidade de São Paulo como um agregado de tensões e conflitos que se espacializam num amálgama de múltiplos territórios (ou lugares) e não-lugares. Nesse contexto, formam-se os desafios silenciosos aos projetos urbanísticos e de segurança que se querem disciplinadores do seu uso e à intenção glamurizante da tímida valorização (simbólica, estética e imobiliária) de algumas áreas e edificações.

Sou seduzido pelas inúmeras zonas de liminaridade: a cidade é um labirinto com vários centros, formado por uma sucessão interminável de zonas intersticiais e marcos fragmentários. Aí nada é fixo, nem mesmo os marcos edificadas têm vida perene. Transita-se constantemente, dificilmente se está.

Penso a cidade como um pulsar de espaços e lugares interpenetrados, confronto entre singularidades, num amplo cenário explicitamente político. Praça da Sé e Praça da República, pólos opostos e complementares do espaço central, articulados pelo sintagma: Rua Direita, Praça do Patriarca, Viaduto do Chá (que perpetuou as plantações da Baronesa de Tatuí) e Barão de Itapetininga, anacronismos coloniais que simbolicamente ainda referenciam as práticas contemporâneas. As representações que

fazem do centro aqueles que habitam as suas praças e ruas não são indiferentes aos marcos e monumentos da paisagem oficial. Pelo contrário, elas articulam experiências sociais a um ambiente, dando-lhes um contexto e significações particulares.

Nesse espaço que tudo põe em relação, o planejamento urbano e as práticas de vigilância afetam os sistemas sociais, a moralidade e as territorialidades efêmeras que se formam nas ruas. Ruas fechadas ao trânsito, corredores de tráfego, terminais de ônibus, zonas de estacionamento regulamentado, concentrações de lojas, bancos, escritórios: as normas de zoneamento constroem outras fronteiras, atendendo a critérios técnicos e a interesses empresariais. As rotinas de policiamento e a repressão ostensiva sinalizam a autoridade e teatralizam o controle. Ambos, planejamento e policiamento, apagam limites e fronteiras que são custosamente construídos e incessantemente reconstruídos pelos habitantes das ruas em suas práticas cotidianas.

Nesse contexto espacial de lugares e fronteiras entrecruzados formam-se as sociabilidades que dão novo teto a esses jovens fugitivos dos "lugares antropológicos". Ainda que a transgressão dessas fronteiras tradicionais implique por em risco a própria vida, o suposto desabrigo em que eles vivem parece ser vivido também como prazer de movimentar-se num universo onde há alternativas a escolher, onde os territórios aprisionam menos do que a casa de onde fugiram e à qual às vezes retornam. Assim, o caráter tênue dessas fronteiras simbólicas só pode ser interpretado como componentes necessário de um modo de vida onde cruzar

limites é vivenciado com prazer e desafio lúdico, além de justificar-se como útil para a sobrevivência. Torna-se mais claro por que as formas de controle, nesses contextos, tendem a utilizar a força e a intimidação direta.

Ao tematizar as transições complexas e as densas liminaridades que formam os labirintos do centro de São Paulo, percorri algumas das fraturas físicas e simbólicas dessa paisagem. A fluidez do que observei levou-me a flexibilizar conceitos como território, fronteira, identidade, lugar e mesmo não-lugar. Ao explorar o modo como conflitos se espacializam, deixo de privilegiar os traços distintivos dos espaços sociais, ou os contrastes semânticos que culturalmente os qualificam.

Mudo necessariamente a posição convencional de observador e, inserindo-me nessas áreas liminares, exponho-me às práticas que situam, em contextos variáveis, os vários sujeitos deste trama. Em consequência disso, já não posso partir, enquanto narrador, de um só ponto-de-fuga para desenhar as perspectivas do objeto observado e a imagem que resulta de tal des-centramento põe em destaque transgressões, solidariedades e cumplicidades, num ambiente de moralidades “em guerra”.

Accitando o risco de desviar-me dos procedimentos de pesquisa convencionais, experimento cada encontro nas ruas como uma ocasião única, fugidia. Esse fato, por si só, diferencia radicalmente estas observações daquelas realizadas em contextos sociais mais estáveis e impõe que se adotem procedimentos de pesquisa que incluam a incerteza quanto à possibilidade do reencontro, de vir a ter uma segunda chance ou de estabelecer com aqueles

cujas práticas desejo conhecer uma relação intersubjetiva de confiança mais duradoura. A estonteante temporalidade desse objeto não me deixa outra alternativa senão recorrer a conversas fragmentadas e a um certo voyeurismo etnográfico.

A tentativa de abordar empiricamente essa dinâmica de espaços e lugares efêmeros levou-me a recorrer a imagens que os representassem de outros pontos de vista. O conjunto que constitui o referencial concreto das reflexões aqui apresentadas exprime percepções variadas, fortemente ancoradas nas experiências individuais de pessoas que habitam o espaço paulistano. Mas cles, atividades, edificações e monumentos repetem-se como signos que delimitam e identificam um espaço social convergente. Reconheço no seu conjunto as fluidas fronteiras de um lugar central compartilhado e faço dele o espaço privilegiado de minhas observações etnográficas. Os marcos construídos nos embates da vida cotidiana balizam experiências de territorialidade que no caso estudado se condensam na Praça da Sé e no seu entorno. Esta é uma das zonas diferenciadas, uma das múltiplas enunciações que as práticas sociais podem construir — e efetivamente constroem — no espaço da cidade de São Paulo. ■

NOTAS

1. Este texto foi apresentado em versão preliminar em alguns seminários e particularmente no I Encontro da Rede Interamericana de Estudos Culturais (City University of New York e Universidad Autónoma Metropolitana, México, 1993), onde se beneficiou dos comentários e da crítica de Juan Flores e de Norma Alarcón, debatedores atenciosos.

2. Entrevista apresentada no vídeo Ipiranga, dirigido por Adelina Schlaich e veiculado pela TV Cultura em 1989.
3. Ao nuclear este ensaio em torno da idéia de “mundos em guerra” não pretendo enfatizar a noção de extermínio físico, que foi tão bem descrita por DIMENSTEIN, Gilberto em *A Guerra dos Meninos: assassinato de menores no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1990), mas frisar os elementos de violência, insegurança e risco que fazem parte das práticas de espaço aqui focalizadas.
4. Cf. CANCLINI, N. Garcia. *Culturas Híbridas*. México: Grijalbo, 1989.
5. O estudo sobre as sociabilidades de rua tem reafirmado de modo geral o princípio de que cada um dos fragmentos do mosaico urbano, tal como as sociedades tradicionalmente estudadas pelos etnólogos, tem a sua lógica interna, os seus códigos e normas, a sua própria estética e moralidade. Maffesoli, por exemplo, argumenta que essas socialidades constituem um social que se realiza como “multidão de aldeias que se entrecruzam, se opõem, se entreadjudam e ao mesmo tempo que permanecem elas mesmas.” MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 194.
6. Tomo aqui por base as reflexões de E. R. Leach sobre fronteiras simbólicas aplicadas a zonas de espaço-tempo social. Veja-se por exemplo LEACH, E. R. *Anthropological Aspects of Language: animal categories and verbal insults*. In: LENNEBERG, E. H. (ed.), *New Directions in the Study of Language*. Cambridge: MIT Press, 1964; e *Culture and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
7. TURNER, V. *Betwixt and Between: the liminal period in Rites de Passage*. In: TURNER, V. *The Forest of Symbols*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1967; *The Ritual Process*. Middlesex: Penguin Books, 1974 (1969); e *From Ritual to Theater*. Ibidem.
8. Com referência ao meio urbano, prefiro o termo “territorialidade” ao de “território” que é mais freqüentemente utilizado na teoria social por que, ao denotar qualidade mais do que coisa substantiva, ele flexibiliza o espaço social descrito. Tal flexibilidade, como veremos, é uma característica essencial dos espaços sociais nas cidades contemporâneas.
9. Esta reflexão incide diretamente sobre um dos principais problemas focalizados pelos estudos sobre as cidades contemporâneas e que Otilia Arantes formula como sendo o da possibilidade do espaço público contemporâneo alcançar uma presença esteticamente apreensível. Esta questão decorre de tese habermasiana de que, segundo a autora, “a forma de vida exigida como suporte e alimento do mundo público a ser recomposto à contracorrente do capitalismo avançado já não pode contar mais com a forma outrora abraçável da cidade”. Refiro-me ao esclarecedor ensaio “A ideologia do ‘lugar público’ na arquitetura contemporânea. (um roteiro)”. ARANTES, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/Fapesp, 1993, p. 117.
10. HABERMAS, J.. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. London: Polity Press, 1989 (1982).
11. DOUGLAS, M.. *Purity and Danger*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966; e *Natural Symbols*. London: Cresset Press, 1970.
12. TURNER, V.. *From Ritual to Theater*. Nova Iorque: Performing Arts Journal Publications, 1982, p. 27.
13. Refiro-me ao assassinato de jovens junto à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1992.
14. M. Augé define o não-lugar “par opposition à la notion sociologique de lieu, associé par Mauss et toute une tradition ethnologique à celle de culture localisée dans le temps et l’espace. Les non-licux, ce sont aussi bien les installations nécessaires à la circulation accélérée des personnes et des biens (voies rapides, échangeurs, aéroports) que les moyens de transport eux-mêmes ou les grands centres commerciaux, ou encore les camps de transit prolongé ou sont parqués les réfugiés de la planète”. AUGÉ, M.. *Non-licux*. Paris: Seuil, 1992, p. 48.
15. SIMMEL, G.. Pont et porte. In: *La Tragedie de la Culture et autres Essais*. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1988 (1909).
16. Os desenhos que mostro a seguir foram coletados como parte de um projeto-piloto que visava refletir sobre metodologias para o estudo do espaço urbano. O trabalho de campo foi realizado pelo auxiliar de pesquisa Alexandro Dantas Trindade no Clube da Turma da Moóca, nos meses de fevereiro e julho de

1993. Foram utilizados papel tamanho ofício e canetas hidrocor (seis cores básicas) mas outros materiais foram fornecidos quando solicitados. Obtivemos ao todo 168 desenhos. O referido projeto adequava técnicas que vêm sendo desenvolvidas por NIEMEYER, A. M. (ver Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino de antropologia. *Textos Didáticos* 12. IFCH, UNICAMP, 1994) a hipóteses minhas sobre a constituição simbólica do espaço urbano. Uma leitura desses desenhos orientou a definição de uma pauta de trabalho a partir da qual foram fotografados quatro filmes (dois preto e branco e dois diapositivos coloridos). As fotos de M. L. Martinelli sublinham o recorte minucioso do assunto ou tema feito em muitos deles e/ou ressaltam aspectos da linguagem gráfica e plástica utilizada por seus autores (ou seja, identificam ângulos, composições e enquadramentos). Elas registram também algumas referências externas dessas representações, que denotam um espaço que ao mesmo tempo é compartilhado pelos grupos e abriga experiências individuais. O projeto teve o apoio financeiro do FAEP/UNICAMP e do CNPq. Agradeço a todos, colegas e instituições, pelo apoio, estímulo e contribuição intelectual que efetivamente deram a esta pesquisa.

17. CALVINO, Í. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (1972), p. 34,35.

18. DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. Da Matta identifica a tríade “casa”, “rua” e “outro mundo” como estruturante das práticas e representações do espaço social na cultura brasileira. A sua tese é de que há uma unidade ética fundamental, subjacente a esse sistema, em que se articulava uma concepção igualitária, de natureza jurídica, com a estrutura basicamente hierárquica da sociedade brasileira. Segundo ele, esse princípio atravessaria as clivagens da estrutura social e teria uma permanência ou continuidade histórica desde o período colonial até nossos dias. Apresento aqui uma abordagem que ao mesmo tempo se inspira nas hipóteses citadas e procura avançar para além delas privilegiando as zonas intersticiais mais do que espaços definidos de maneira clara e distinta.

19. CERTEAU, M. de. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1988 (1984), p. 98, tradução minha.

20. NORA, P.. *Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

21. Entrevista para o vídeo de A. Schlaich, citado anteriormente.

ANTÔNIO AUGUSTO

Possui graduação em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo, 1965) e Licenciatura em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo, 1968); Mestrado (Universidade de São Paulo, 1970) e Doutorado (Universidade de Cambridge, 1978).

Foi orientado pelo Prof. Edmund Leach, no King's College, em Cambridge, e o primeiro orientando de mestrado da Profa. Eunice Ribeiro Durham, no Brasil, na Cadeira de Antropologia da FFLCH da USP, no início de 1970. Nos anos de 1980, no início do processo de redemocratização, houve um movimento crítico em direção à conceituação do que é patrimônio e, em 1983, Antonio Arantes assumia a Presidência do CONDEPHAAT.

Na década seguinte, o tema das relações entre espaço, poder e cultura nas megacidades contemporâneas torna-se central no seu trabalho. Também esteve à frente do IPHAN, de 2004 a 2006, como seu presidente, tendo implementado o Departamento de Patrimônio Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial deste órgão.

Linhas de Pesquisa:

Cultura e Poder
Territorialidades e Processos Sociais

